



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

OS JORNALISTAS DA IMPRENSA REGIONAL OS CONDICIONALISMOS AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO ^[1]

Isabel Pascoal

Introdução

O melhor perfil que se pode traçar sobre os jornalistas da imprensa regional é ter em conta as condições em que trabalham e a permanente dificuldade em afirmarem a sua autonomia e a sua liberdade de expressão.

Um dirigente sindical, jornalista de um diário regional da zona centro do país, foi, claramente, vítima de um acto de “censura dura” ao elaborar uma reportagem sobre uma figura pública que se tinha deslocado à região para proferir uma conferência onde eram abordados assuntos de ordem geral, literatura, jornalismo e política. O que esteve na origem de todo o conflito foi uma frase, escolhida pelo jornalista para legenda de uma fotografia, que, em sua opinião, ilustrava o cariz das divergências políticas do entrevistado para com o primeiro ministro de então. Literalmente, a frase que constava do texto era a seguinte: “Cavaco não é de esquerda, nem de direita, nem liberal, é um parolo que fala inglês, um idioma que, como toda a gente sabe, se aprende em dois meses”. A simples citação de uma ideia, que nem era sua, fez com que se desencadeasse um processo explicitamente censório por parte dos responsáveis do jornal, nas pessoas do chefe da redacção, do director e de um administrador delegado (de ideologia social-democrata), chamado à redacção pelos proprietários para fiscalizar o trabalho do jornalista. Com a intervenção deste último personagem, não só foi censurada esta frase, como toda a parte do texto onde eram abordados os assuntos de ordem política, correspondendo a um corte total de dois mil caracteres, cerca de um terço do material a publicar. Para além desta “intervenção cirúrgica”, o jornalista ainda foi alvo de suspensão temporária e acabou por assinar o acordo de rescisão do seu contrato de trabalho, uma vez que, lutando em defesa dos direitos instituídos no código deontológico da profissão, tomou uma atitude crítica e anticonformista relativamente às decisões dos seus superiores.

Sabendo que o jornal em referência era, à data, o que tinha recebido maiores valores de subsídio para a reconversão tecnológica, verificou-se, tendo em conta que cabe ao governo estipular a distribuição desse subsídio, uma atitude de sujeição a interesses de ordem política, por parte dos proprietários, na mira de estabelecerem boas relações com o governo. Os argumentos utilizados para a censura prendiam-se com questões de ordem comercial e política e visavam assegurar o número e o tipo

de leitores do jornal, que iniciava as suas primeiras edições diárias.

Um outro caso, ocorrido entre outro dirigente sindical e um jornal regional concessionado a uma câmara municipal da região norte, revela-nos uma realidade, quanto a nós, paradigmática. O objecto da censura ao profissional, pode ser considerado o livre exercício da sua própria actividade em outros meios de comunicação, mais precisamente ao pôr em causa o poder político local, o administrador do título do jornal em que trabalha, bem como a actividade de algumas pessoas directamente relacionadas aos serviços municipalizados. Assiste-se a um claro combate à suposta ideologia oposicionista do jornalista e, sempre que o profissional produz notícias comprometedoras para o poder local, desenvolvem-se autênticas atitudes persecutórias à sua pessoa e ao seu trabalho. Daqui, resulta uma total ausência de autonomia do profissional, a sua dependência e impotência face a pretextos imaginários mas que, na prática, resultam em atitudes claramente prejudiciais para as condições de trabalho, tentando imprimir no jornalista uma atitude de autocensura relativamente a factos que pudessem, de algum modo, contrariar os interesses locais. Concretamente, o poder local e as suas ramificações, pela acção do director do jornal, encontraram um processo drástico de impedirem o jornalista, no qual já não confiavam, de continuar a *dizer mal* da política dominante. Primeiramente, afastaram-no da área informativa em que habitualmente trabalhava com menosprezo para o seu prestígio profissional; posteriormente, foram-lhe alterados os horários de trabalho impedindo-o de trabalhar numa rádio local onde exercia a actividade em simultâneo com o jornal, com prejuízo para a sua situação financeira.

Os argumentos apresentados pelos censores revelam a sujeição a interesses e estratégias de ordem política por parte do poder local, demonstrando que a imprensa regional, quando se encontra nas mãos de partidos políticos, pode produzir um jornalismo não rigoroso. No caso em questão, tivemos a oportunidade de observar, que a existência de relações clientelares e caciquistas na imprensa regional não é ficção, e que as relações sociais são baseadas em compadrios políticos e pessoais. O presidente da câmara, desde que assumiu o cargo, tudo fez para criar um círculo de dependências económica, política e social, para melhor servir os seus interesses. Em troca de ajudas, muitas vezes de ordem económica, conseguiu que, na região, todos lhe obedecessem, todos lhe fossem servis e todos o ajudassem a obter cada vez mais poder.

Não podemos deixar de revelar uma situação concreta, bem elucidativa da atitude manipulatória do concelho de administração do jornal quando, em vésperas de eleições autárquicas, apelou aos jornalistas que tivessem uma atitude de autocensura ideológica. Segundo o jornalista, por eles foi dito: “meus senhores, os senhores aqui não podem dizer mal, nem da câmara municipal, nem do partido que a sustenta, os senhores aqui têm que desenvolver uma actividade em prol dos interesses da autarquia”.

Neste caso observa-se claramente a existência de um tipo de censura manifestada por processos que denominamos de *doces* ou *ocultos*.

As *censuras* vividas por estes dois jornalistas, inserem-se num conjunto de vinte casos detectados na imprensa em geral entre 1989 e 1995, onze dos quais, no universo da imprensa regional e, como irá seguidamente observar-se, resultam da interacção de um conjunto específico de factores que caracterizam o meio em questão.

A imprensa regional no universo dos media em Portugal

Do ponto de vista sociológico, entendemos por imprensa regional a indústria de comunicação social que se distribui numa dada área geográfica, apresentando as mesmas características da imprensa em geral, ou seja, a de um sistema empresarial com componentes técnicas e organizativas que se destinam à produção, transmissão e consumo de mensagens socialmente relevantes. Subdivide-se em imprensa regional e imprensa local, conforme as edições ou publicações abrangem regiões ou

localidades.^[2]

O condomínio do poder político-eclesiástico

Em Portugal, o regime de propriedade das empresas de comunicação estabelece-se num esquema tripartido entre empresa privada, estatizada e de capital público mas, os maiores proprietários da imprensa, principalmente a nível regional, são o Estado e a Igreja Católica. Desde o 25 de Abril que a Igreja Católica é o maior empresário da Imprensa regional possuindo jornais diocesanos, jornais regionais, oficialmente designados de inspiração cristã (semanários), boletins paroquiais, publicações de congregações e institutos religiosos, publicações de movimentos e associações católicas, revistas diocesanas e nacionais.^{[3] [4]} Actualmente, a Igreja Universal Reino de Deus entrou, também, numa desenfreada luta pelo controlo da informação a nível local e, apesar dos desmentidos emitidos pelos responsáveis de algumas rádios, sabe-se que a IURD é proprietária de cinco rádios distribuídas ao longo do país e já tentou alugar integralmente cerca de quarenta.^[5] Esta Igreja ultrapassa as suas atribuições de confissão religiosa, demonstrando objectivos claramente comerciais, e aproveita-se da débil situação económico-financeira dos órgãos de comunicação que se deixam *vender* em troca de subsídios mensais muitas vezes insignificantes. Por outro lado, tendo como intuito a proliferação dos seus ideais religiosos, a Igreja possui ligações com partidos políticos, apesar da constituição proibir a vinculação de partidos a confissões religiosas. Excepcionalmente, também há uns quantos jornais que são propriedade de cooperativas ou associações mas, a grande maioria divide-se entre a Igreja, o Estado e personalidades locais.

A estrutura empresarial da imprensa regional

A imprensa regional e local depende quase exclusivamente dos subsídios do Estado, nomeadamente através das autarquias, das Igrejas e de entidades particulares que a sustentam a seu proveito. Dos apoios do Estado consta o considerável reforço das verbas canalizadas para a imprensa regional que se traduziram no aumento do subsídio de papel, no subsídio (a fundo perdido) à reconversão tecnológica e nos subsídios às despesas de expedição. Por outro lado, constata-se a inexistência de medidas rigorosas no que respeita ao planeamento do parque gráfico nacional, bem como, no fomento de formas de cooperação entre as várias empresas de comunicação.^[6] Segundo os dados do Sindicato dos Jornalistas, em 31 de Janeiro de 1995, a imprensa regional é composta por 237 títulos, 136 dos quais de expansão local, representando 53,7% dos 432 títulos portugueses.^[7]

QUADRO Nº1 DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS PELO TIPO DE IMPRENSA

TIPO DE IMPRENSA	1990 (a)		1991 (b)		1995 (c)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Nacional	-	-	-	-	129	30,0
Regional	615	68,6	757	71,4	96	22,2
Local	282	31,4	313	29,5	136	31,5

Estrangeira	-	-	-	-	9	2,0
S/inf.	-	-	-	-	62	14,3
TOTAL	897	100	1.060	100	432	100

Fonte: a) Dados CENJOR, 1990; b) Publicações Regionais - Dados DGCS, 1991; rádios locais - Dados ICP, 1991; c) Sindicato dos Jornalistas, 31 de Janeiro de 1995

No **Quadro 1** observa-se que a imprensa regional, apesar de reunir mais de metade da totalidade dos órgãos de comunicação social, sofreu um decréscimo acentuado no número de títulos, principalmente na imprensa escrita. Tendo sido apanhada pela crise geral da imprensa, uma vez que, tradicionalmente, apresenta fracas estruturas económico-financeiras, se depara com a concorrência da imprensa escrita nacional e dos restantes meios de comunicação e os montantes dos subsídios atribuídos pelo Estado e pelas autarquias, principal fonte de receitas, revelam-se insuficientes. Contudo, contrariamente ao número de títulos regionais que sofreram uma redução em cerca de 31%, a imprensa local regista um aumento de 27,9% desde 1991, o que se deve ao acréscimo substancial de rádios locais desde o seu licenciamento em 1989. Relativamente à classificação dos periódicos regionais e locais, pode dizer-se que se caracterizam fundamentalmente por uma grande variedade que é praticamente impossível agrupar, quer no que respeita a tiragens, formatos, número de páginas, meios de produção ou natureza jurídica da entidade editora. Têm, contudo, menor dimensão que os de expansão nacional, pois são normalmente imprensa não diária. Há grandes diferenças entre o tipo de informação produzida na imprensa regional e na imprensa nacional: enquanto nesta última se tem vindo a desenvolver um jornalismo de cariz mais investigativo; na primeira, o jornalismo é, tradicionalmente, de tipo opinativo. Contrariamente ao que se esperava, as publicações raramente são de tipo doutrinário/religioso. Sinteticamente, a imprensa regional viveu entre 1990 e 1995 um período de crise, sentindo os efeitos do atraso económico e cultural de grande parte das regiões portuguesas. Esta imprensa depara-se com a ausência de uma estrutura económico-financeira adequada às necessidades das empresas de comunicação regional, ausência de políticas comunicacionais vocacionadas para o incremento da publicidade e para a introdução de novas tecnologias gráficas, desigual atribuição de subsídios à reconversão tecnológica que se canalizam para as empresas “menos necessitadas”. falta de parques gráficos, aumento do custo do papel e o desconhecimento (ou falta de consciência) de uma série de factores relativamente ao modo de produção de uma verdadeira comunicação social, que passa, nomeadamente, pelo recrutamento de jornalistas profissionais.

Profissionalismo e condições de exercício da profissão

Ainda que cada região se debata com dificuldades específicas, é possível constatar que, para além das carências de ordem técnica e económica, este tipo de imprensa apresenta grandes fragilidades no que respeita aos seus recursos humanos.

QUADRO Nº 2 DISTRIBUIÇÃO DOS JORNALISTAS PELO TIPO DE IMPRENSA SEGUNDO O SEXO

Sexo	Nacional		Regional		Local		Estrangeira		S/inf.	TOTAL %	
Imprensa	Total	% C	Total	%C	Total	% C	Total	%C	Total	%C	
Feminino	735	30,8	61	25,5	113	38,2	2	25,0	243	23,9	1154
% L	63,7		5,3		9,8		0,2		21,0		100

Masculino	1655	69,2	178	74,5	183	61,8	6	75,0	774	76,1	2796	
% L	59,2		6,4		6,5		0,2		27,7			100
TOTAL	2.390	100	239	100	296	100	8	100	1.017	100	3950	

Fonte: Sindicato dos Jornalistas, 31 de Janeiro de 1995;% C = Leitura em coluna;% L = Leitura em linha

Sabe-se que o universo dos jornalistas portugueses tem vindo a aumentar desde o 25 de Abril de 1974, como tem sido constatado pelos estudos de José Luís Garcia. A imprensa regional, porém, apresenta uma tendência contrária, sendo que, desde 1992, o contingente de jornalistas diminuiu cerca de 16,8% face ao peso detido no grupo profissional.

O Quadro Nº 2 evidencia grandes disparidades na distribuição destes profissionais pelos vários tipos de imprensa. Em Janeiro de 1995, o Sindicato dos Jornalistas contabiliza 3.950 elementos, porém,

[8]

os profissionais da imprensa regional representam, apenas, 13,5% do contingente nacional.

QUADRO Nº3 DISTRIBUIÇÃO Nº JORNALISTAS P/ DISTRITO E PROPORÇÃO P/TÍTULO

Região	Distritos	Nº jornalistas				Títulos p*	
		1992(a)		1995(b)		1995	
		Total	%	Total	%		
Norte	Braga	34	1,4	46	1,2	19	2,4
	Bragança	3	0,1	7	0,2	3	2,3
	Porto	426	17,5	508	12,9	42	12,1
	Viana/Cast.	9	0,4	15	0,4	8	1,9
	Vila Real	4	0,1	7	0,2	2	3,5
	TOTAL	476	19,5	583	14,9	74	7,9
Centro	Aveiro	15	0,6	26	0,7	3	8,7
	Cast.Branc	10	0,4	20	0,5	6	3,3
	Coimbra	42	1,7	56	1,4	18	3,1
	Guarda	8	0,3	11	0,3	3	3,7
	Leiria	23	0,9	35	0,9	22	1,6
	Lisboa	1650	67,8	2062	52,2	211	9,8
	Santarém	11	0,5	33	0,8	13	2,5
	Viseu	13	0,5	23	0,6	15	1,5
	TOTAL	1772	72,8	2266	57,4	291	7,8
	Sul	Beja	6	0,2	12	0,3	6
Évora		5	0,2	10	0,3	3	3,3
Faro		38	1,6	39	1,0	7	5,6
Portalegre		1	0,04	5	0,1	5	1,0
Setúbal		17	0,7	27	0,7	15	1,8
TOTAL	67	2,7	93	2,4	36	2,8	
Madeira	Funchal	72	3	83	2,1	8	10,4
	TOTAL	72	3	83	2,1	8	10,4
	Ang.Herois	9	0,4	10	0,3	4	2,5

Açores	Horta	2	0,08	5	0,1	2	2,5
	P.Delgada	36	1,5	37	0,9	5	7,4
	TOTAL	47	2,0	52	1,3	11	4,7
	S/Inf	-	-	873	22,0	12	74,8
	TOTAL	2432	100	3950	100	432	9,1

Fonte: a) Sindicato dos Jornalistas, dados sobre os Jornalistas profissionais em Maio de 1992. b) Dados recolhidos no Sindicato dos Jornalistas referentes a 31 de Janeiro de 1995; * Proporção de jornalistas por Título em 1995

Concretamente, existem 239 jornalistas a exercerem a actividade em órgãos de expansão regional e 296 a trabalharem em órgãos de expansão local, perfazendo um total de 535, ou seja, verifica-se que existe em cada título uma média de 2 profissionais, o que, de forma clara, indicia os fracos recursos económicos desta imprensa, a pouca aposta que faz nos recursos humanos, deixando antever

[9]

condições de exercício profissional que dificultam a produção de um jornalismo rigoroso.

O grupo profissional em análise, distribui-se de forma assimétrica ao longo do território nacional.

No Quadro Nº 3 é possível observar que, mais de metade dos jornalistas, encontram-se a exercer a profissão na região centro (57,4%) e norte (14,9%), principalmente nos distritos de Lisboa e Porto.

Nas restantes regiões regista-se uma fraca densidade de profissionais.

Pode-se inferir que este panorama resulta da diminuição do número de órgãos, da débil situação económico-financeira das empresas de imprensa regional e local e prende-se directamente com as diferenças das estruturas organizacionais das mesmas e, ainda, com os níveis de desenvolvimento socioeconómico e cultural de cada região. Face ao aumento verificado a nível nacional, a quebra de 16,8% fica, certamente, a dever-se, também, ao surgimento das novas televisões privadas e outros meios de comunicação de expansão regional mas de maior dimensão. Independentemente dos factores enumerados, as baixas frequências apresentadas em grande parte dos distritos pode, igualmente, relacionar-se com a ausência de instituições de ensino de jornalismo e de comunicação social que promovem e divulgam a profissão e com uma insuficiente acção sindical que não consegue assegurar as boas condições sociais e económicas da profissão nas regiões.

Perfil dos jornalistas regionais

Em primeiro lugar é de salientar que a tendência evolutiva que se registou no sentido da feminização da profissão na imprensa nacional entre 1987 e 1990, tem agora lugar nos meios regionais. Os jornalistas que trabalham na imprensa regional, principalmente nos meios radiofónicos locais, são geralmente muito jovens, podendo-se inferir que, de modo geral, este tipo de imprensa se apresenta como uma via de ingresso na profissão para quem, ainda, não possui qualquer tipo de experiência profissional. No que respeita à estruturação interna da classe dos jornalistas, não se observa qualquer tipo de estrutura redactorial organizada, na verdade, o que parece acontecer em cerca de metade dos órgãos sem expressão nacional é que, ou os jornalistas dependem directamente dos proprietários das empresas, ou são os próprios proprietários que executam as funções produtivas sem estarem habilitados para o fazer. Por outro lado, constata-se que neste tipo de imprensa não existem jornalistas com um elevado grau de profissionalização, pelo contrário, a grande dominante são jornalistas iniciados na profissão (56,6%) e com baixos níveis de capital escolar. Observa-se, assim, que, num domínio de grandes carências, o que parece ser ainda mais prioritário é a definição de uma política de formação estruturada e rigorosa, uma vez que os recursos humanos qualificados são extremamente raros.

Os factores mencionados, aliados às dificuldades de natureza económico-financeira de grande parte dos meios regionais, contribuem para que o jornalista não goze

de boas condições socioprofissionais, nomeadamente no que respeita ao tipo de vínculo contratual e aos vencimentos auferidos pois, 80% dos casos, não ultrapassam os 90 mil escudos mensais,

[10]

vivendo autênticas situações de exploração e de subemprego. Porém, contrariamente ao que sucede na imprensa nacional, onde se presencia uma diferenciação equilibrada dentro da classe profissional, na imprensa regional sobressaem duas grandes fracções muito distanciadas: as chefias, que desfrutam de boas condições sociais e que auferem rendimentos muito elevados e os *operários*, sem experiência profissional, que vivem em instabilidade permanente e não gozam de qualquer tipo de direitos.

Condicionalismos ao exercício da profissão: censuras na imprensa regional

São vários os constrangimentos de ordem política, económica, cultural e social que se deparam aos jornalistas durante o desempenho das suas funções, ou seja, na produção das notícias. Independentemente da sua natureza intra ou extra-organizacional, tais constrangimentos, colocam em causa os princípios ético-deontológicos da profissão, impedem o rigor informativo e, em última instância, impedem a formação de uma livre opinião pública.

Primeiramente, e como salienta David Manning White, é necessário ter em linha de conta que, no processo selectivo das notícias, os juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas dos jornalistas, podem tornar a produção de notícias num processo subjectivo.

QUADRO Nº4 CENSURAS NÃO OFICIAIS NA IMPRENSA REGIONAL E NACIONAL

#	TIPO	OBJECTO	FONTE DE	CENSORES	ARGUMENTOS	PROCESSOS	TIPO	TIPO	
CASO	MEIO	DE	PODER DAS	DIRECTOS	DOS	CENSÓRIOS	DE	DE	
		EXPANSÃO	CENSURAS	CENSURAS	CENSORES		MECANIS.	CENSURA	
I	Televisão	Regional	Teor político da reportagem	Poder político Regional	Director	Não houve	Não emissão da reportagem e afastamento das funções regulares do jornalista	Duros	Política
II	Revista	Regional	Artigos publicados	Proprietários	Proprietários	Suposta ideologia política	Despedimento	Ocultos	Política
III	Rádio	Local	?	Administração	Administração	?	Despedimento	Ocultos	?
IV	(1) Jornal	Regional	Conjunto de textos sobre corrupção na arbitragem	Direcção de clube de futebol	Seguranças do clube	?	Agressões físicas e impedimento da realização da reportagem	Ocultos	Desportiva
V	Jornal	Regional	Conteúdo da entrevista	Futebolista	Futebolista	?	Agressão	Ocultos	Desportiva

VI	Jornal	Regional	Reprodução de algumas afirmações de um entrevistado identificado	Proprietários	Chefe redacção, director e administrador delegado	Difamação de figura pública	Corte no texto a publicar, suspensão e posterior demissão do jornalista	Duros	Política
VII	Jornal	Regional	Teor político das notícias	Poder político local	Director	Colocar em causa o poder local	Alteração do horário com prejuízo para o duplo emprego do jornalista, alteração da área informativa e perseguição	Ocultos	Política
VIII	Jornal	Regional	?	Proprietários	Administração	?	Perda de instalações do jornal e más condições de Trabalho	Ocultos	Económica
IX	Jornal	Regional	Suposta ideologia política, discordâncias e críticas ao Governo	Governo regional (proprietários)	Governo regional	Colocar em risco negociações entre a Diocese e o Governo	Alteração ao horário de trabalho para 11 horas/dia ou despedimento	Duros	Política
X	Rádio Televisão Jornal	Regional	Cobertura dos debates parlamentares	Poder político regional	Governo regional	?	Criação de Comissão que define os critério a seguir pelo jornalista	Duros	Política
XI	Jornal	Regional	Liberdade de expressão	Partido político	Partido político	?	Criação de Conselho de opinião	Duros	Política
XII	Rádio	Local	Liberdade de expressão	Poder político local	Administração Direcção	Incumprimento das regras estabelecidas para o confronto entre autarquias em altura eleições	Despedimento	Ocultos	Política
XIII	Jornal	Nacional	?	Proprietários	Proprietários	Encerramento do jornal	Saída de jornalistas para outro órgão de comunicação c/ evidente prejuízo da qualidade de trabalho	Ocultos	?

XIV	Televisão	Nacional	Sobrecarga horária de trabalho e Greve	Estado	Conselho de Gerência	?	Más condições de trabalho, ameaças, despedimentos, sobrecarga horária de trabalho	Ocultos	Económica
XV	Jornal	Nacional	Notícias publicadas	Direcção de clube de futebol	Dirigente do clube	Culpa pela crise do clube	Agressões, insultos, expulsão das instalações do Clube	Ocultos	Desportiva
XVI	Rádio Televisão Jornal	Nacional Regional Local	Liberdade na cobertura dos trabalhos parlamentares	Estado	Presidente da Assembleia da República	?	Não alterar o regulamento de Acessos, circulação e permanência no Parlamento	Ocultos	Política
XVII	Rádio Jornal	Local Nacional	Cobertura da conferência de imprensa	Poder político regional	Presidente do Governo regional	O jornalista fala demais	Impedimento da cobertura à conferência	Duros	Política
XVIII	Jornal	Nacional	Publicação de notícias	Estado	Administração	Notícias políticas desagradáveis	Demissão da Direcção	Ocultos	Política
XIX	Televisão	Nacional	Duplo emprego	Estado	Conselho de Gerência	Dever leal de não concorrência	Despedimento	Ocultos	Política
XX	Rádio	Nacional	Notícias emitidas	Igreja	Administração e chefe da redacção	Cedências políticas	Corte de notícias e encurtamento do tempo de apresentação das notícias	Duros	Política

Fonte: Sindicato dos Jornalistas

Do ponto de vista sociológico, pode-se dizer que se assiste a uma “distorção inconsciente da informação” resultante da articulação da cultura profissional, da organização e da produção do trabalho

^[11] e que se desenvolve ao longo do processo produtivo. Contudo, para além deste modo inconsciente de deformação da informação, na imprensa portuguesa desenvolvem-se acções deliberadas com intuítos marcadamente de carácter manipulativo e repressivo da liberdade de imprensa. Ou seja, numa sociedade, cujos princípios básicos são, potencialmente, a democracia e a liberdade, verifica-se a existência de várias formas de *censura* não oficializada. Neste sentido, entende-se por *censura*, todo o tipo de constrangimentos e condicionalismos de natureza social, organizacional, política, económica e ideológica que, por formas explícitas (*censura dura*) ou implícitas (*censura doce ou oculta*) se exercem sobre o trabalho jornalístico impedindo ou inibindo a liberdade de informação e de expressão dos jornalistas.

O estudo realizado pôs a descoberto vinte casos de censura (Quadro N^o4) com carácter nitidamente ^[12] não oficial envolvendo dezenas de jornalistas. Os casos identificados dizem respeito, sobretudo, à imprensa escrita regional, observando-se uma predominância de censura oculta. Quanto às fontes de poder envolvidas nas censuras, elas são maioritariamente o poder político — local, regional e

nacional — a Igreja e empresários, ou seja, os proprietários das empresas de comunicação. Contudo, os responsáveis pelos clubes de futebol demonstraram grande propensão para a prática de censuras, nomeadamente através de agressões físicas aos jornalistas. Apesar dos casos encontrados não poderem constituir uma amostra representativa do universo das censuras, pode avançar-se com a seguinte tipologia: a *censura política*, a *censura económica* e a *censura desportiva*. A censura política é o tipo que apresenta maior expressão e prende-se directamente com ingerências do poder político e religioso sobre a actividade dos jornalistas que colocam em causa a ideologia dominante.

Compadrios políticos e pessoais e a dependência económica das empresas de comunicação social regional

Como foi possível observar, a imprensa regional está em crise e sente os efeitos do atraso económico e cultural de grande parte das regiões portuguesas. Face à dependência das receitas provenientes da publicidade oficial e dos subsídios atribuídos pelo Estado e pelas autarquias e perante a vontade legítima dos proprietários manterem e assegurarem as edições, bem como perante o desejo incontrolado de empresários que querem dominar a informação local, assiste-se a uma atitude de submissão às fontes de poder político-económico, nomeadamente as autarquias, no sentido de garantir que os montantes dos subsídios atribuídos sejam canalizados de forma acentuada para o seu jornal. A análise efectuada ao caso que envolveu um dirigente sindical e um diário regional, é bem reveladora de que existe censura política decorrente da dependência económica das empresas de comunicação.

Nas regiões e pequenas localidades desenvolvem-se relações clientelares em que autarcas e padres controlam os proprietários dos jornais e os jornalistas em troca de ajudas económicas. Estas relações são baseadas em compadrios políticos e pessoais e, em termos de autonomia das empresas, a regra é o enfeudamento da sua actividade aos interesses locais.

A censura prende-se com a falta de visão comunicacional/informativa que é menosprezada em prol de se alcançar cada vez mais poder económico e prestígio social e manifesta-se numa acção organizada entre proprietários, editores, directores de jornais e os censores da fonte de poder externa à empresa. Quanto mais dependente económica e financeiramente é uma empresa de comunicação regional face aos subsídios do Estado e das autarquias e face à publicidade oficial, mais facilmente se expõe aos mecanismos de controlo indirecto e de autocontrolo à liberdade de opinião.

Amadorismo e más condições de trabalho dos jornalistas regionais

A imprensa regional não aposta no desenvolvimento dos recursos humanos e a censura prende-se, igualmente, com a falta de profissionalismo e com a precarização do trabalho dos produtores de notícias. Mantém-se a tendência para este tipo de imprensa empregar jovens jornalistas sem qualquer tipo de formação académica e profissional, sendo os seus conhecimentos baseados na tarimba. Na generalidade dos casos, encaram a profissão apenas como uma indústria de informação, menosprezando os deveres ético-deontológicos que regulam o exercício do jornalismo e descurando a sua função de mediação simbólica da realidade. Por outro lado, as débeis condições laborais e profissionais, que não são exclusivas dos *meios* regionais, revelaram ser propícias ao desenvolvimento de pressões e controlo ilícito por parte dos directores e outras entidades de domínios exteriores aos *media*. Concretamente, os vínculos contratuais que unem os jornalistas à empresa são ténues e muitas vezes inexistentes e, independentemente do seu grau de profissionalidade, não têm poderes para reagir em defesa da sua autonomia e dos seus direitos. Relativamente às chefias, verifica-se que desenvolvem atitudes de autocensura ideológica e são elas os agentes directos das censuras e do controlo não oficial na redacção. São profissionais da confiança dos proprietários e dos administradores dos jornais e obedecem rigorosamente às

ordens superiores no intuito de, também elas, alcançarem mais poder e prestígio social.

Párocos, políticos, proprietários: os censores da imprensa regional e local

O meio regional encontra-se extremamente condicionado por hábitos, costumes e ideologias conservadoras, nomeadamente no que respeita às relações entre os vários agentes sociais e políticos locais que revelam, principalmente, uma habituação a um tipo de relação clientelar e caciquista. Por outro lado, a estrutura industrial é mais débil e uma empresa de comunicação é mais facilmente dominada por grupos de poder com interesses específicos.

Quanto à Igreja, esta é acusada de transformar pelo menos parte dos seus jornais e rádios em *meios* não confessionais, que vão muito para além daquilo que, teoricamente, seriam as suas atribuições. E a situação é mais preocupante, quando se tem em conta que a Igreja é o maior empresário da comunicação social. O poder local, sendo proprietário ou não, dos meios de comunicação, manifesta exercer um controlo total sobre a informação. Constitui um sistema organizado de interesses políticos e económicos, de relações caciquistas, que submetem completamente os proprietários, os directores, os redactores, os produtores de notícias, utilizando pressões políticas e chantagens económicas quando se trata de uma empresa privada que necessita do seu apoio económico ou quando, simplesmente, está em causa a garantia de um emprego estável — o emprego dos jornalistas.

Processos censórios

São despoletados mecanismos limitadores, repressivos, e atitudes persecutórias a todos os jornalistas que ousarem pôr em causa o poder local ou alguma individualidade a ele relacionada. Desenvolvem-se estratégias de omissão de factos, de selecção diferencial ou de colocação preferencial de uma notícia favorável à orientação política do jornal, dando origem à formação de notícias que não se regem pela imparcialidade, pela objectividade e, por isso, carecem de exactidão. Os jornalistas são vítimas de cortes nas notícias que produzem quando estas não agradam aos responsáveis pela empresa, não podem *dizer mal* de figuras públicas mesmo quando se limitam a reproduzir palavras de entrevistados identificados, de outro modo são sancionados e despedidos. Não podem desenvolver situações de duplo emprego pois logo são acusados de falta de dever leal para com a concorrência, não podem fazer greve pois sofrem atitudes de vingança, não podem denunciar situações de corrupção desportiva, ou outra, pois são agredidos ou sofrem processos disciplinares. Tudo isto impede o livre desempenho do jornalismo.

Conclusão

O grupo profissional dos jornalistas da imprensa regional depara-se com uma infinidade de constrangimentos não institucionais que impedem o exercício, condigno, da sua profissão, desrespeitam os direitos instituídos no seu código deontológico e estão na origem da produção de um jornalismo pouco rigoroso. As carências de ordem económico-financeira das empresas jornalísticas, que se encontram na base da pouca aposta no desenvolvimento dos recursos humanos, aliado ao facto da Igreja ser o seu principal proprietário, fazem com que a imprensa regional constitua um terreno propício ao desencadeamento de processos condicionantes à actividade jornalística. A imprensa regional portuguesa revela especificidades próprias que continuam a contribuir para que os seus padrões de qualidade fiquem muito aquém dos demonstrados pela imprensa nacional. Reflectindo o baixo nível de desenvolvimento de grande parte das regiões portuguesas, este tipo de imprensa, apresenta fracas estruturas empresariais, dependendo, quase

na totalidade, dos subsídios atribuídos pelo Estado e pelas autarquias, bem como, pela publicidade oficial. Por outro lado, como foi possível observar, os agentes localmente poderosos, ou seja, o poder local, a Igreja e os proprietários em geral, agem numa base consensual, visando a obtenção de interesses económicos e políticos, transformando as suas atitudes em actos com carácter nitidamente censório. Por outras palavras, a censura resulta da interacção que se estabelece entre o sistema empresarial, o sistema dos agentes produtores da informação e o sistema de propriedade e é efectuada com objectivos essencialmente políticos, manifestando-se num bem montado esquema de pressões, coacções, perseguições e repressões com prejuízo para o livre desempenho do jornalismo e para as condições de trabalho dos profissionais.

Apesar de a censura não ser um fenómeno exclusivo da imprensa regional e para além de não ser possível a existência de uma informação verdadeiramente objectiva e rigorosa, devem-se envidar esforços no sentido de adoptar uma política comunicacional adequada às necessidades da imprensa regional e preparar profissional e moralmente as pessoas que trabalham neste campo para que estas não se sujeitem a pressões de ordem política e ideológica. No caso dos proprietários, devem ter a força moral para aplicar as regras deontológicas que regulam a actividade jornalística e deverão impor aos leitores, à Igreja, ao poder local, aos partidos políticos e às grandes individualidades locais, o respeito devido ao papel da imprensa. A imprensa deverá tornar-se independente, credível e admitir o pluralismo de ideias.

A finalizar, conclui-se que a liberdade de imprensa se encontra condicionada pela dependência económica das empresas de comunicação, a liberdade de expressão está limitada pelo amadorismo dos jornalistas regionais, bem como pela precarização das suas condições laborais. Mas, talvez o mais grave do ponto de vista da liberdade de imprensa, é o facto de, em Portugal, a Igreja, o poder local e os proprietários em geral, agirem numa base consensual e utilizarem os órgãos de informação regional e local como veículos de informação com marcada intencionalidade deformadora ou pretenderem, capciosamente, formar certos pressupostos de natureza ideológica, económica e cultural na opinião pública.

Referências Bibliográficas:

- BREED, Warren: "Controlo social na redacção. Uma análise funcional" in TRAQUINA, Nelson: *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Comunicação & Linguagens, ed.Vega, Lisboa, 1993, pp.152-166.
- CONGRESSO II, Funchal, 1987, *Imprensa Não Diária em Portugal: Aposta no futuro* Comunicações e debates, Maio de 1987/AIND. Associação da Imprensa Não Diária, Lisboa: AIND/DGCS, 1989.
- ENCONTRO dos Jornalistas (): "O exercício da Profissão fora dos grandes centros". Síntese das conclusões, Sindicato dos Jornalistas, 1993.
- ESTEVES, João Pissarra: "Comunicação regional e local em Portugal" in *Revista de Comunicação e Linguagens* Nº8, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, pp.54-70.
- GARCIA, Luis: "Principais tendências de evolução dos jornalistas portugueses" in *Revista Vértice*, 60, 1994, pp.69-76.
- GARCIA, Luis e CASTRO, José: "Os Jornalistas Portugueses: da recomposição social aos processos de legitimação profissional" in *Sociologia Problemas e Práticas* Nº 13, CIES, ISCTE, 1993, pp.93-114.
- MESQUITA, Mário: "O universo dos média entre 1974 e 1986" in MATOSO, José (Dir): *História de Portugal - 20 anos de democracia*, último Tomo, Ed. Circulo de Leitores, Lisboa, 1994, pp.360-405.
- OLIVEIRA, J.M. Paquete: *Formas de Censura Oculta na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril*. Dissertação p/ Tese de Doutoramento, LX, ISCTE, 88.
- RODRIGUES, Adriano Duarte: "Figuras das máquinas censurantes modernas" in *Revista de Comunicação e Linguagens*, 1, Edições Afrontamento, pp.9-21.

PASCOAL, Isabel: *Censuras, Censores e Censurados na Imprensa Regional*, Dissertação para tese de licenciatura em Sociologia, Lisboa, ISCTE, Out. 1995

SAPERAS, Enric: *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edições ASA, Lisboa, pp.109-154.

TENGARRINHA, José: *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Ed. Caminho, Prefácio à 2ª edição

WHITE, David Manning: "O gatekeeper" uma análise de caso na selecção de notícias" in TRAQUINA, Nelson: *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Comunicação & Linguagens, Ed. Vega, Lisboa, 1993, pp.142-151.

WOLF, Mauro: *Teorias da Comunicação, Editorial Presença, Lisboa, 1994.*

[1] A presente comunicação constitui a síntese de um estudo que se insere no quadro problemático da análise do actual sistema dos *media* em Portugal, concretamente num domínio pouco estudado e com certas especificidades: os jornalistas da imprensa regional. Este estudo tem como título *Censuras, Censores e Censurados na Imprensa Regional* (ver bibliografia) e constituiu matéria da dissertação de licenciatura em Sociologia da Comunicação no ISCTE em Outubro de 1995. A iniciativa que conduziu à realização deste trabalho foi da responsabilidade de José Luis Garcia, a quem coube a orientação do mesmo, e que, juntamente com José Manuel Paquete de Oliveira, formaram o júri da tese em questão. Pretende-se expressar os melhores agradecimentos a quem, de alguma forma tornou possível a realização deste estudo, nomeadamente, o Sindicato dos Jornalistas e os dois jornalistas entrevistados.

[2] Não existem, que conheçamos, estudos exaustivos sobre a imprensa regional. A maior parte dos textos apresentam-se na forma de artigos de jornais e de revistas. Destacamos, porém, os textos de João Pissara Esteves no que respeita ao campo da imprensa regional e local, as considerações de Mário Mesquita sobre o domínio da Igreja nos meios de comunicação social; a tese de doutoramento de Paquete de Oliveira que analisa as formas de censura oculta na imprensa escrita e os trabalhos de José Luis Garcia e José Castro no que respeita ao estudo do grupo profissional dos jornalistas (ver bibliografia).

[3] Segundo dados do INE em 1985, a Igreja Católica possuía 25, dos títulos e o Estado 15., Em 1986, dos 580 jornais inscritos na DGCS, 83 eram da propriedade da Igreja o que ascendia a um total de 437 títulos publicados.

[4] Mário Mesquita: "Sistema Industrial estratégico, Comunicação, Indústria dos Media". JNICT, op.cit.

[5] Ver *EXPRESSO*, 2 de Setembro de 1995

[6] Pissarra Esteves: "Comunicação regional e local em Portugal" in *COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS* Nº8, p.60

[7] Os dados referentes aos títulos da imprensa portuguesa, bem como as informações relativas aos profissionais, foram recolhidas na base de dados do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

[8] Para efeitos de análise sociológica, contemplámos todos os trabalhadores inscritos como jornalistas no Sindicato independentemente da sua condição na profissão, uma vez que, do total de 3.950, apenas cerca de 3.800 a 3.850 de encontravam em pleno exercício de actividade.

[9] Contudo, há possibilidades do contingente de jornalistas regionais e locais ser superior ou inferior, uma vez que há testemunhos de que existem mais trabalhadores em certos títulos sem acordos contratuais legais mas, também, em alguns deles, a proporção numérica pode ser menor do que a registada pelas estatísticas oficiais.

[10] Na Tabela Salarial em vigôr desde 1 de Julho de 1994 para a I.N.D. que, como se sabe, é constituída maioritariamente pelas empresas de imprensa regional e local, aos "Candidatos" é atribuído o vencimento mínimo de 53.000\$00 e de 175.000\$00 aos "Directores". contudo, tudo indica que a Tabela não é respeitada, principalmente nas categorias profissionais dos níveis hierárquicos superiores.

[11] Mauro Wolf: *TEORIAS DA COMUNICAÇÃO*, op.cit. p.170

[12] Os casos de censura apresentados são os mais recentes (1988/1995) e foram os únicos em que foi possível recolher alguma documentação escrita.